

# O Mieib e o enfrentamento às políticas de Educação Infantil neoliberais e conservadoras do pós-golpe no Brasil

Mieib and the confrontation with neoliberal and conservative early childhood education policies in the post-coup in Brazil

 **Patrícia Maria Uchôa Simões<sup>1</sup>**

 **Juceli Bengert Lima<sup>2</sup>**

 **Karla Wanessa Carvalho de Almeida<sup>3</sup>**

 **Célia Maria Vieira dos Santos<sup>4</sup>**

## Resumo

O estudo apresenta as políticas conservadoras propostas pelo governo federal após o golpe de 2016 e discute a atuação do MIEIB no enfrentamento a essas políticas. A análise foi fundamentada na teoria da atuação política proposta por Ball, Maguire e Braun que compreende as políticas como estando sujeitas a processos de interpretação, tradução, recontextualização e recriação. Entre os diferentes atores que

---

<sup>1</sup> Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades/Fundaj-UFRPE. Email: [pusimoes@gmail.com](mailto:pusimoes@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela UFCE. Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco. Email: [jucelibengert@gmail.com](mailto:jucelibengert@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutoranda em Educação Contemporânea-UFPE. Formadora de Educação Infantil da Secretaria de Educação de Jaqueira-PE. Email: [wanessadeus@hotmail.com](mailto:wanessadeus@hotmail.com)

<sup>4</sup> Doutoranda em Educação na Universidade Federal de Pernambuco. Secretaria de Educação de Recife-PE. Email: [celia.m.v.santos@gmail.com](mailto:celia.m.v.santos@gmail.com)

atuam nas políticas, estão os críticos, como o MIEIB, que manteve o contra-discurso vivo em seus documentos, reuniões e seminários. A análise se deu em documentos do MIEIB com posicionamentos em relação às políticas do governo federal. Como conclusão, assinalamos que o MIEIB vem reafirmando seus compromissos com a Educação Infantil, com os bebês e as crianças pequenas.

**Palavras-chave:** Educação infantil; políticas educacionais; MIEIB.

### **Abstract**

The study analyzes the conservative policies proposed by the federal government after 2016 and discusses the role of the MIEIB in confronting these policies. The analysis was based on the theory of political action proposed by Ball, Maguire and Braun, which understands policies as being subject to processes of interpretation, translation, recontextualization and recreation. Among the different actors that act in the policies, there are critics, such as the MIEIB, which kept the counter-discourse alive in its documents, meetings and seminars. The analysis took place in MIEIB documents with positions in relation to federal government policies. In conclusion, we point out that the MIEIB has been reaffirming its commitments to Early Childhood Education, babies and young children.

**Keywords:** Early Childhood Education; Educational Policies; MIEIB.

## **1. Introdução**

O presente estudo analisa as políticas neoliberais e conservadoras propostas pelo governo federal, após o golpe de 2016, e discute a atuação do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB) no enfrentamento a essas políticas.

O MIEIB foi criado em 1999, após a Constituição Federal de 1988 (CF/1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDBEN/1996), como resultado

da união dos fóruns estaduais de Educação Infantil que já funcionavam, alguns deles, desde 1997.

Em 2007, todos os estados brasileiros já contavam com fóruns organizados e participavam do MIEIB, congregando também fóruns regionais e municipais e criando condições para o assessoramento e apoio mútuo entre os fóruns e promovendo a formação política continuada dos participantes. Esse movimento representou (e representa) uma grande articulação nacional em defesa da Educação Infantil e tem o principal objetivo de colaborar na construção uma política nacional de Educação Infantil (Almeida, 2019; Arelaro e Maudonnet, 2017; Fariase Ruiz e Magalhães, 2020; Maudonnet, 2020).

Assinala-se que o contexto de surgimento do MIEIB traz os marcos legais da CF/1988 que estabeleceu a creche e a pré-escola como direito da criança, dever do Estado e escolha da família (Brasil, 1988), do Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído em 1990, que alia-se à Constituição e afirma que todas as crianças têm direito à educação sem qualquer tipo de discriminação (Brasil, 1990) e, em 1996, da nova LDBEN/1996 que também reafirma o direito da criança à educação e determina que a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica e sua oferta está sob a responsabilidade dos municípios, além de estabelecer a necessidade da valorização dos profissionais dessa etapa do ensino (Brasil, 1996).

Apesar desses aparatos legais, apenas em 2007, com a criação Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica (Fundeb), os municípios passaram a receber recursos também para essa etapa da educação (Brasil, 2007). A luta pelo financiamento da Educação Infantil pública assume, assim, uma grande importância na história política do MIEIB, até hoje.

Dessa forma, o MIEIB surge a partir dos cinco princípios básicos<sup>5</sup>:

- o reconhecimento do direito constitucional das crianças de 0 a 6 anos (independentemente de raça, idade, gênero, etnia, credo, origem

---

<sup>5</sup> MIEIB. (2017). *Carta de princípios*. Disponível em <https://bit.ly/39kQaWR>

socioeconômica-cultural etc.) ao atendimento em instituições públicas, gratuitas e de qualidade;

- a destinação de recursos públicos, específicos e adequados, indispensáveis para o bom funcionamento dos sistemas de Educação Infantil;
- a indissociabilidade do cuidar/educar, visando o bem-estar, o crescimento e o pleno desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos;
- a implementação de políticas públicas que objetivassem a expansão e a melhoria da qualidade do atendimento educacional, abrangendo toda a faixa etária de 0 a 6 anos;
- a identificação da Educação Infantil, enquanto campo intersetorial, interdisciplinar, multidimensional e em permanente evolução. (MIEIB, 2017)

O MIEIB participou das lutas de reconhecimento da Educação Infantil como etapa da Educação Básica, inclusão da Educação Infantil no financiamento da educação básica, organização das diretrizes curriculares e parâmetros nacionais de qualidade de funcionamento (Almeida, 2019; Arelaro e Maudonet, 2017; Farias, Ruiz e Magalhães, 2020; Maudonnet, 2020).

Conjuntamente com outras instituições, teve representações nos oito Seminários Regionais realizados para a elaboração e produção do importante documento *Indicadores de Qualidade para a Educação Infantil* (Brasil, 2009) e também participou na efetivação do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância (BRASIL, 2007b), atuando nas discussões e redação dos documentos para a formulação da política nacional de Educação Infantil do campo<sup>6</sup> e na organização dos planos municipais e estaduais de educação<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO: Proposta para a expansão da política. Documento produzido pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI, instituído pela Portaria Interministerial número 6/2013, assinada pelos Ministros de Estado da Educação, do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em <https://bit.ly/3NsuGpR>

<sup>7</sup> TEXTO PARA DISCUSSÃO: Planos Municipais de Educação e CONAE. 2013. Texto organizado por Dinéia Domingues como contribuição para o debate do GT 3 do IV Encontro Ampliado do Fórum Mineiro de Educação Infantil, ocorrido em 04 de julho de 2013. Disponível em <https://bit.ly/3wsZZKh>

Com a ruptura democrática, em 2016, o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, a eleição de um presidente de extrema direita, Jair Bolsonaro, e, em 2020, a pandemia de COVID-19, o MIEIB foi desafiado a continuar sua luta e manter sua mobilização e capilaridade.

Com o objetivo de analisar as políticas neoliberais e conservadoras propostas pelo governo federal, após o golpe de 2016, e discutir a atuação do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil - MIEIB - no enfrentamento a essas políticas, o presente estudo apresenta documentos do MIEIB que assinalam os posicionamentos de enfrentamento às ameaças de retrocesso no panorama das políticas de Educação Infantil no Brasil.

## **2. Perspectiva teórica deste estudo**

A análise que apresentamos foi fundamentada na teoria da atuação política proposta por Stephen Ball, Meg Maguire e Annette Braun (2012). Essa teoria desenvolve a formulação da abordagem do ciclo de políticas (Ball, 2001; Ball; Maguire e Braun, 2016; Mainardes, 2006; Mainardes e Marcondes, 2009) que compreende que as políticas estão sempre sujeitas a processos de interpretação, tradução, recontextualização e recriação.

As políticas não são simplesmente ideacionais ou ideológicas, elas também são muito materiais. As políticas raramente dizem-lhe exatamente o que fazer, elas raramente ditam ou determinam a prática, mas algumas mais do que outras estreitam a gama de respostas criativas. (Ball, Maguire e Braun, 2016, p.14)

Os atores envolvidos nesses processos - professores, gestores, famílias, representantes de sindicatos, conselheiros, assessores - encenam o texto das políticas de diferentes formas, em contextos/cenários diversos. Assim, a atuação das políticas se realiza a partir de interesses, princípios, valores e experiências dos atores, dentro de um conjunto de condições objetivas e dinâmicas subjetivas. Nessa perspectiva, a atuação das políticas envolve processos produtivos e criativos de interpretação e de

tradução que materializam as políticas criando estratégias para colocar uma política em ação (Ball, Maguire e Braun, 2016).

São esses processos que abrem espaços para a resistência e os enfrentamentos das políticas conservadoras e permitem a formulação de alternativas às determinações de governos e sistemas de ensino.

Entre os diferentes atores que atuam para que as políticas aconteçam, estão os *críticos*. Esses atores mantêm o contra-discurso vivo, resistem, divulgam e discutem com a sociedade através de documentos, em reuniões, seminários, e apresentam outras maneiras de fazer e pensar a política (Ball, Maguire e Braun, 2016).

No presente estudo, analisamos a atuação do MIEIB como um ator crítico que disputa significados nas políticas de Educação Infantil no período pós-golpe, enquanto defende posições que foram construídas na luta histórica do movimento. A análise focalizou as formas de atuação que tensionaram e pressionaram as decisões e reformulações de atos governamentais.

### **3. Os estudos sobre a incidência do MIEIB nas políticas de Educação Infantil no Brasil**

A participação do MIEIB enquanto ator político na trajetória da construção da identidade da Educação Infantil vem sendo analisada por vários estudiosos que apontam para a importante incidência que esse movimento tem na formulação, monitoramento e crítica das políticas dirigidas a essa etapa do ensino. É destacada a capilaridade de suas ações e sua capacidade de uso das mídias digitais como grupos virtuais, criação de sites e blogs, e conferências remotas.

Ao longo das últimas décadas, este Movimento, a partir da atuação de seus fóruns, acompanhou e participou de forma ativa, muitas vezes em papel de protagonismo, deste período histórico marcante para a sociedade brasileira no qual muitos direitos sociais foram conquistados no plano legal. (Flores e Fernández-Piloto, 2015, p. 8)

O MIEIB assumiu um papel de articular diferentes atores envolvidos nas políticas de Educação Infantil e, muitas vezes, de mediador entre a academia, instâncias da gestão da educação e profissionais que lidam diretamente com o cotidiano na Educação Infantil. Nesse processo, localiza-se na vanguarda da luta por direitos, como nos indica Almeida (2019):

(...) o MIEIB tem articulado a formação de um discurso que anuncia novas perspectivas e concepções educativas que deveriam se traduzir em políticas e práticas escolares no âmbito da educação formal. (Almeida, 2019, p.18)

Seu papel de articulador político é revelado na sua forma de promover a construção de pontos de consenso, em meio as suas divergências internas e heterogeneidades (Almeida, 2019; Almeida e Rodrigues, 2020; Farias, Ruiz e Magalhães, 2020; Maudonnet, 2020; Pereira, 2021).

Farias, Ruiz e Magalhães (2020) analisam a atuação em redes do MIEIB e destacam sua competência propositiva e sua ação formadora política que atinge não só os profissionais da área mas também as famílias e a comunidade em geral.

(...) Dessa forma, consegue atuar no movimento de elaboração e avaliação das políticas públicas para a Educação Infantil (Farias, Ruiz e Magalhães, p. 14)

Dessa forma, compõe e constitui redes políticas com outros movimentos sociais, instituições públicas e privadas, universidades e associações acadêmicas. Pereira (2021) destaca duas instituições, em especial, que dialogam permanentemente com o MIEIB: a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd) e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Sobre essa atuação em rede, Almeida e Rodrigues (2021) apontam para as contribuições no debate sobre currículo que o MIEIB trouxe para a Educação Infantil, mas também de forma mais ampla nas questões que envolvem as políticas de Educação Infantil. Essas autoras afirmam que essas contribuições revelam-se nos discursos políticos construídos nas suas práticas articulatórias.

(...) o MIEIB torna-se um interlocutor ativo, produzindo um bloco de forças geradas pela participação do MIEIB em outras redes, sobretudo a Campanha

Nacional pelo Direito à Educação, Rede de Monitoramento Amiga da Criança, Rede Nacional Primeira Infância, ANPEd, dentre outras. (Almeida e Rodrigues, 2021, p. 16)

Maudonnet (2020) considera que houve uma legitimação do movimento durante os governos de Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2010-2015) o que possibilitou sua participação na elaboração de importantes documentos norteadores e orientados das políticas de Educação Infantil, tanto no nível do Ministério da Educação, como em outros ministérios e mesmo no âmbito do Conselho Nacional de Educação. Esses documentos versaram sobre diferentes temáticas como qualidade da Educação Infantil, infraestrutura, currículo, educação do/no campo, entre outros temas de grande relevância para a área. O MIEIB conseguiu imprimir nesses documentos sua formação discursiva que, do ponto de vista epistemológico, parte das concepções de criança como sujeito e educação como direito.

No entanto, em 2016, com o golpe e o rompimento democrático no país, o MIEIB assume um outro papel com a defesa dos direitos ameaçados e os riscos de retrocesso, articulando-se com outros movimentos e entidades relacionadas à educação

Com o impeachment de Dilma Rousseff no ano de 2016, houve a entrada de um novo grupo no poder, que, ao contrário dos governos anteriores, deslegitimou a participação e a incidência dos movimentos sociais, provocando um desencaixe do MIEIB com o governo federal. (Maudonnet, 2020, p. 11)

Com a pandemia de Covid-19 e o isolamento social, o MIEIB passa a fazer sua função de articulador e formador político com o uso das tecnologias de comunicação e promove webnários, reuniões, conferências, tanto quanto participa de eventos promovidos por outros grupos e instituições, mantendo-se no enfrentamento das políticas neoliberais que não inseriram as crianças no centro do debate (Carbonieri; Magalhães, 2021; Coutinho, Vieira e Trópia, 2020; Martins, Pucci e Oliveira, 2021; Pereira, 2021).

#### **4. O MIEIB e o enfrentamento às políticas conservadoras**

As políticas educacionais consistem em um acúmulo de iniciativas de uma educação pública concebida como direito, fruto de demandas históricas conquistadas coletivamente. No governo atual, esta concepção de educação tem apresentado uma transmutação discursiva que compreende a educação como um mercado. Apesar do Brasil apresentar inclinação às orientações de organismos internacionais que influenciam diretamente a construção das políticas nacionais de educação, nos governos anteriores, esse contexto de influência apresentava uma gama de sujeitos políticos como movimentos sociais, acadêmicos, da sociedade civil e outros disputando os sentidos presentes nos discursos dessas políticas.

A presença diversificada desses sujeitos nos contexto influência e de produção do texto, de certa forma, garantiam sentidos comprometidos com transformação social. Contudo, desde o golpe, em 2016, esses sentidos estão sob ataques, numa tentativa de estabelecer um deslocamento discursivo aos princípios do mercado, apresentados nas formas organizacionais, indo da gestão ao financiamento da educação, e que tem imbuído uma lógica competitiva como promotora de qualidade, articulada à implantação de incentivos e mecanismos de privatização.

Esses tensionamentos iniciam com o presidente Michel Temer, em 2016, por meio do Programa Criança Feliz<sup>8</sup>. O Criança Feliz, ainda em vigência no momento da escrita deste texto, objetiva promover o desenvolvimento integral das crianças entre zero e seis anos, incluso na pasta da Assistência Social, suas ações perpassam pelos eixos: saúde, educação, serviço social, direitos humanos, cultura, etc. (Brasil, 2016).

As ações voltadas para o diálogo no eixo Educação sustenta-se com base no desenvolvimento da primeira infância, contudo, a construção argumentativa do texto se realiza por “evidências” de que “crianças carentes não estão preparadas para aprender quando ingressam na escola primária”. Nesse sentido, a prontidão escolar e o sucesso escolar, incutem a idealização de “adultos produtivos”. A argumentação de

---

<sup>8</sup> Mais informações sobre o Programa Criança Feliz em <https://bit.ly/3PrAMIU>

que a ausência de prontidão escolar das “crianças carentes” produz ineficiências onerosas no sistema de educação pública, tem por lógica social e política “intervenções preventivas na primeira infância”.

Essa ideia, comprometida com o neoliberalismo, não se ausenta nas discursividades do governo de Jair Bolsonaro, pelo contrário, tem se intensificado, com outros discursos, que se alinham na tentativa de romper com as concepções de educação pública, laica, gratuita e com qualidade social.

O MIEIB se pronunciou sobre o programa Criança Feliz<sup>9</sup>, alertando para a sobreposição em relação a outros programas e ações que já estavam sendo desenvolvidos nas áreas de assistência social e saúde e a falta de discussão dos envolvidos nas áreas, desrespeita o Marco Legal da Primeira Infância. Do ponto de vista epistemológico e ideológico, a crítica do MIEIB refere-se à

lógica que subjaz ao Programa Criança Feliz reduz a concepção de direitos construída ao longo das últimas décadas no Brasil, a uma concepção de políticas compensatórias, baseadas em ações paliativas e não estruturais no enfrentamento da pobreza e das desigualdades. Do mesmo modo, reduz o papel das famílias e das mulheres em situação de pobreza a meras receptoras de conhecimentos entendidos pelos idealizadores do programa como superiores, num claro desrespeito às idiosincrasias, culturas e diferentes arranjos familiares. (MIEIB, 2018)

Entre as políticas que atingem a Educação Infantil, destacam-se aquelas dirigidas ao financiamento da educação, uma vez que os recursos públicos devem garantir a oferta e a qualidade da educação. No entanto, a lógica de ineficiências e oneridade no sistema de educação pública, pela falta de qualidade do ensino, leva os governos de Michel Temer e, em seguida, de Jair Bolsonaro a ataques perversos e desvinculados das diretrizes encontradas no Plano Nacional de Educação de 2014-2024 (Brasil, 2014), que prevê a universalização da pré-escola, para as crianças de quatro e

---

<sup>9</sup> Posicionamento do MIEIB sobre o Programa Criança Feliz. Disponível em <https://bit.ly/39qe2IO>

cinco anos, até 2016, e a ampliação da oferta de creches para o atendimento de, no mínimo, 50% das crianças até três anos de idade no final da vigência desse plano.

Essas metas ainda não foram alcançadas e, em 2016, antes da pandemia, a taxa líquida de matrículas em pré-escolas, no Brasil era de 74,9% e, de apenas 25,2% em creches<sup>10</sup>. Apesar desses números, em 2016, o governo federal instituiu o congelamento de gastos com a educação, através da Emenda Constitucional nº 95/2016<sup>11</sup> o que colocou em risco o financiamento público na Educação no país. Esse cenário, tende a retrocessos, com a realização de cortes à Educação realizadas pelo governo Bolsonaro (2019), contrariando assim, sua promessa de campanha, investir na educação básica. Dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo (Siop)<sup>12</sup>, apontam que os cortes têm maior impacto sobre a construção de creches e a alfabetização, ou seja, atingem preferencialmente nossas infâncias.

Ainda neste cenário de cortes ao financiamento da educação, o encerramento da vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) assegurada até 31 de dezembro de 2020, e, por conseguinte, a possível extinção do regime de cooperação e a inviabilização da manutenção pelos municípios dos seus sistemas de educação colocam-se como um território de debates. As propostas do governo federal para o novo FUNDEB permante excluía a creche dessa forma de financiamento.

Como reação a essa ameaça do governo, nos anos de 2018, 2019 e 2020, o MIEIB participou de uma grande mobilização nacional pela consolidação do Fundeb como política de financiamento permanente no Brasil. Junto a outras instituições como a Rede Nacional Primeira Infância (RNPI), a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), formaram-se em

---

<sup>10</sup> Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed) e Estimativas populacionais produzidas pelo IBGE e enviadas ao TCU estratificadas por idade pela Fundação Abrinq (<https://bit.ly/3whUcZ5>).

<sup>11</sup> EC 95/2016. Disponível em <https://bit.ly/3yGl6eX>

<sup>12</sup> Disponível em <https://bit.ly/3FRezPX>

*redes políticas* (Ball, 2014) que mobilizaram através do debate e da reflexão formativa na defesa das políticas de fundo públicos para a educação pública. Em nota pública, o MIEIB posiciona-se a favor do Fundeb e da inclusão da Educação Infantil<sup>13</sup>.

Destacamos que essa é uma defesa na perspectiva da garantia dos recursos para a educação básica, pela consolidação de um FUNDEB permanente, com ampliação de complementação da União, instituição do Custo Aluno-Qualidade como parâmetro para o custo per capita por estudante nas diferentes etapas e modalidades dessa etapa educacional, assim como, na viabilização de recursos para valorização e remuneração dos profissionais da educação. [...] A garantia da Educação Infantil pública, democrática, laica, gratuita, inclusiva, antirracista, não sexista e de qualidade social, também passa pela aprovação do FUNDEB permanente. (MIEIB, 2020)

A pressão social teve como resultado a decisão do senado brasileiro pela manutenção da creche no Fundeb para garantia de financiamento desta etapa educacional, em 2021. Essa vitória foi importante, mas não retirou de cena outras iniciativas privatistas do governo federal, como o Decreto Presidencial n.º 10.134, de 26 de novembro de 2019<sup>14</sup> que previa ações de parcerias com o setor privado para financiamento das instituições de Educação Infantil:

Art. 1º Fica a política de fomento aos estabelecimentos da rede pública de Educação Infantil qualificada no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI, para fins de estudos de viabilidade e de alternativas de parcerias com a iniciativa privada para construção, modernização e operação de estabelecimentos da rede pública de Educação Infantil dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Brasil, 2019)

Outra forma de parceria proposta pelo governo federal foi a tentativa, em 2020, mais uma vez, de instituir a adoção de *voucher* para a Educação Infantil o que transfere a educação da esfera pública para a esfera do mercado. Segundo Abramowicz e Costa (2021),

<sup>13</sup> Nota Pública em Defesa do Fundeb “PRA VALER”! Disponível em <https://bit.ly/3MjaCpO>

<sup>14</sup> Disponível em <https://bit.ly/3womCPO>

*Voucher* é uma filosofia política e econômica de construção de sujeitos e subjetividades. É um processo total de despolitização da sociedade, que nasce com a ideia de que se será livre para escolher sua escola. A mesma “liberdade” que expande a precariedade generalizada. Esta “liberdade” individual nada mais é que uma maneira de desorganização de todos os sistemas onde prevalece o bem comum, a coletividade. Esta filosofia política cria um processo de des-afetação com o outro, não me vincula a grupo nenhum, e coloca as crianças em espaços completamente desregulados de qualquer concepção sobre o que é uma escola de qualidade para crianças pequenas. (Abramowicz e Costa, 2021, pp.294-295)

O MIEIB faz críticas à adoção da política de *voucher* por configurá-la como um processo de financeirização da Educação, em oposição à afirmação do direito social à Educação, transformando-a em uma possibilidade de consumo individual. Como ator nesse cenário, discutiu com a sociedade e com os atores da Educação Infantil a desobrigação do Estado com o setor social e comprometimento com os interesses do mercado, representado por grandes grupos econômicos. Em nota pública, do dia 24 de janeiro de 2020<sup>15</sup>, o MIEIB explica seu posicionamento contra o programa de *voucher* na educação da primeira infância:

(...) ratificamos nosso posicionamento contrário aos diferentes mecanismos de privatização e mercantilização que consomem recursos públicos e não beneficiam de fato a qualidade da oferta de Educação Infantil, envolvendo as questões do atendimento, da gestão das Instituições de Educação Infantil por organizações privadas, dentre outros mecanismos, que têm como objetivo beneficiar o mercado numa lógica alinhada aos interesses de grupos empresariais e com intenções objetivas em desresponsabilizar o Estado em relação à efetivação do direito à Educação Infantil de todas as crianças brasileiras, desde que nascem, em Instituições públicas. (MIEIB, 2020).

Durante a pandemia, outro importante posicionamento do MIEIB foi relativo à proposta do governo federal de reorganização dos calendários escolares e atividades

---

<sup>15</sup> Nota pública do MIEIB contra a declaração do Ministro Paulo Guedes que defende o programa de voucher na educação da primeira infância. Disponível em <https://bit.ly/3MwKQy8>

pedagógicas presenciais apenas considerando o número de dias letivos e carga horária. O MIEIB, a partir da concepção de currículo na Educação Infantil com o caráter eminentemente interacional, não considera as aulas remotas como fazendo parte da Educação Infantil. Aliado a esse posicionamento, o MIEIB também considera que as ações da família e da escola são complementares e não podem estar sobrepostas umas sobre outras. Sendo assim, nega a descaracterização da ação pedagógica das/os profissionais de Educação Infantil, que possuem formação específica para o trabalho pedagógico com bebês e crianças pequenas. Em 19 de abril de 2020, através de nota dirigida ao presidente do Conselho Nacional de Educação, Luiz Roberto Liza Curi, o MIEIB ratifica seu posicionamento relativo à reorganização dos calendários escolares e atividades pedagógicas não presenciais durante a pandemia<sup>16</sup>.

(...) o MIEIB defende que, no que concerne à educação das crianças de 0 a 5 anos e onze meses, a flexibilização do calendário deve e pode estar, também, acompanhada da flexibilização da carga horária anual. O não cumprimento da frequência, bem como o não cumprimento da carga horária anual dos bebês e crianças pequenas em creches e pré-escolas não trará prejuízos maiores do que os já causados pelo avanço da Covid-19. Em suma, consideramos que a função social atribuída pela LDB 9.394/96 à Educação Infantil, ratificada pelas normativas deste Conselho, compreende creches e pré-escolas como espaços coletivos não domésticos – o que prevê que as experiências vivenciadas nas instituições de Educação Infantil são, em grande medida, distintas das vividas no contexto familiar. (MIEIB, 2020)

Por fim, quanto ao calendário escolar, o MIEIB posiciona-se a favor da flexibilização da carga horária anual. O MIEIB também colocou-se contra as atividades com forte teor escolarizante que não considere a indissociabilidade das experiências de cuidado e educação, e, compreende que devem ser evitadas propostas que permitam

---

<sup>16</sup> Posicionamento Público do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB) Relativa à Proposta de Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre Reorganização dos Calendários Escolares e Atividades Pedagógicas Não Presenciais durante o Período de Pandemia da Covid-19. Disponível em <https://bit.ly/3whbG7S>

a legitimação de ações educativas que reforçam as desigualdades sociais e educacionais entre as crianças e suas famílias.

Este posicionamento consiste de uma ação de resistência à Política Nacional de Alfabetização (PNA)<sup>17</sup>. Os discursos presentes PNA voltam-se sobre a Educação Infantil, por meio da literacia emergente e familiar, replicando seus sentidos de sucesso no processo de alfabetização através do programa Conta pra Mim. A literacia é compreendida pela PNA como o ensino de habilidades de leitura e de escrita, a partir da introdução de diferentes práticas lúdicas de linguagem oral e escrita. Dito isso, cabe à família proporcionar momentos de audição de histórias, cantar canções da cultura infantil e a familiaridade com materiais impressos (livros, revistas e jornais). Essa formação discursiva pretende sistematizar o desenvolvimento intelectual na primeira infância, com vista a um processo de alfabetização precoce, que se realiza por técnicas construídas sob as lentes das ciências cognitivas (processos linguísticos, cognitivos e cerebrais envolvidos na aprendizagem e no ensino das habilidades de leitura e de escrita), sem a perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento infantil.

Os desdobramentos das lógicas da PNA, durante a pandemia, foi a discussão sobre o uso do livro didático na Educação Infantil, presente no edital para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD 2020 – 2022)<sup>18</sup>, que explora exclusivamente a literacia e a numeracia, de forma a antecipar a alfabetização e a escolarização da Educação Infantil. Para o MIEIB, o uso do livro didático nesta etapa se contrapõe às concepções que fundamentam toda a política de Educação Infantil do país<sup>19</sup>.

O uso do livro didático nesta etapa se contrapõe às concepções que fundamentam toda a política de Educação Infantil do país, que concebem as crianças e suas experiências como o centro do processo educativo e não a construção precoce e compulsória do ofício de aluno. (MIEIB, 2021)

---

<sup>17</sup> Mais informações sobre a Política Nacional de Alfabetização. Disponível em <https://bit.ly/3PoOeNK>

<sup>18</sup> Mais informações sobre o Programa Nacional do Livro Didático 2022. Disponível em <https://bit.ly/3FTtysD>

<sup>19</sup> Carta Aberta do MIEIB – Posicionamento público contrário aos livros didáticos na Educação Infantil, em 06 de agosto de 2021. Disponível em <https://bit.ly/3wkM1eJ>

O Movimento também compreende que não compete a essa etapa do ensino alfabetizar as crianças, mas visar o seu desenvolvimento integral respeitando as características do seu modo de aprender que ocorre pelas interações e brincadeira.

Os documentos normativos “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil” de 2009 (DCNEI) e a “Base Nacional Comum Curricular” (BNCC) definem que não compete à Educação Infantil alfabetizar as crianças, mas apresentar-lhes o patrimônio cultural da humanidade, do qual faz parte a cultura escrita, com vistas não a alfabetizar as crianças, mas ao seu desenvolvimento integral respeitando suas características e seu modo de aprender que ocorre pelas interações e brincadeira. (MIEIB, 2021)

Dessa forma, o documento do MIEIB articula os documentos legais que norteiam a Educação Infantil no país com a pesquisa que vem sendo desenvolvida pelos estudiosos da área.

As DCNEIs definem uma Educação Infantil que compreende a criança como “sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura” (BRASIL, 2010, p. 12). Essa concepção se coaduna com as pesquisas no campo da Pedagogia, Psicologia, Antropologia e Sociologia da Infância, para as quais a criança é um sujeito ativo que aprende brincando e interagindo, que nos primeiros anos de vida tem um pensamento prático e que por meio das experiências é que desenvolve o pensamento simbólico e produz cultura. Não podemos permitir o retrocesso à concepção de criança como um adulto em miniatura que aprende memorizando letras e números sem compreendê-las, e sem produzir sentidos e significados para suas aprendizagens. (MIEIB, 2021)

Para o movimento, o currículo deve se organizar a partir dos eixos estruturantes: interações e brincadeira e não de forma disciplinar. Sendo assim, é importante para a Educação Infantil materiais de apoio como livros de literatura e informativos, brinquedos populares, materiais que possibilitem a criação e imaginação e a expressão artística.

Ressaltamos a importância do PNLD como política pública da mais alta relevância para as instituições de Educação Infantil, na medida em que ele se torna o modo pelo qual boa parte das creches e pré-escolas brasileiras adquirem materiais didáticos, inclusive, livros literários – essenciais às práticas pedagógicas específicas da Educação Infantil. Entretanto, a aquisição de livros didáticos, conforme o exposto, representa um grande retrocesso na medida em que fere o direito das crianças de vivenciar experiências que contribuam para seu pleno desenvolvimento, já que os livros didáticos objetivam exclusivamente aspectos cognoscitivos. Portanto, somos favoráveis ao PNLD, mas veementemente contrários ao edital que se encontra em curso. (MIEIB, 2021)

Durante a pandemia, foram fortalecidas propostas de educação domiciliar na educação básica que desobriga o Estado a garantir a Educação Infantil para as crianças de zero a cinco anos de idade, em espaços institucionais não domésticos. Em 2019, o governo federal fez uma proposta de educação domiciliar, como alternativa legítima à educação escolar, que provocou grande debate na sociedade brasileira envolvendo estudiosos de educação, especialistas do direito, movimentos sociais. A proposta do governo foi rejeitada unanimemente e prevaleceu a garantia constitucional de efetivação do direito à educação como dever do estado. Em termos legais, a educação domiciliar está em desacordo com o art. 208 da CF/1988, da EC no.59/2009, do ECA de 1990 e da LDBen/1996.

Em 2020, essa proposta volta para a discussão por meio da da Medida Provisória 934/2020<sup>20</sup>, pela Deputada Federal Dorinha Seabra Rezende. Essa escolarização doméstica centralizou debates sobre ações de privatização do dever público. A defesa construída pelo governo, se constrói através de ataques constantes às escolas e aos professores que pautam-se nos baixos desempenhos acadêmicos, atestados por imperativos internacionais, a falta de segurança física e descontentamento com os valores desenvolvidos nas instituições culturais (escola/centros de Educação Infantil), mas principalmente pela possibilidade da família gerenciar o conteúdo ministrado.

---

<sup>20</sup> Disponível em <https://bit.ly/3wt0fc5>

Esse lugar discursivo expõe as contradições da compreensão do que seja processos formativos que se desenvolvem na vida familiar dos que se desenvolvem por meio do ensino em instituições culturais (Penna, 2019). Nessa direção, o MIEIB publica um novo documento ressaltando que essa medida representa um forte risco à efetivação do direito à educação e poderá ampliar a desigualdade social e educacional no nosso país<sup>21</sup>.

e tal aprovação colocará em risco o direito à educação, como um dos direitos fundamentais da pessoa humana e poderá ampliar, de forma significativa, a desigualdade social e educacional no nosso país, pois grande parcela da população brasileira ficará à margem das condições necessárias para a aprendizagem e desenvolvimento de crianças e adolescentes em idade escolar (MIEIB, 2020)

O movimento sinaliza para a tendência de valorização da iniciativa privada na elaboração de materiais didáticos que favorecem a descaracterização e fragilização da profissão docente e sobrecarregam as famílias, que não têm formação específica para mediar os processos de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, os valores democráticos, a participação e a cidadania são desvinculadas dos sentidos originais, produzindo uma não participação no convívio democrático nos espaços públicos. Além de ganhar cunho fundamentalista, ao optarem por uma visão religiosa, podendo gerar gravíssimas distorções de compreensão de fenômenos sociopolíticos. Além disso, a escolarização doméstica, tem em si, embutido uma questão de classe e gênero, pois a arquitetura do projeto requer famílias abastadas, que poderiam custear o material didático/ensino. Logo, a tarefa de ensino estaria sob responsabilidade de mãe/mulher (Penna, 2019).

Por fim, o MIEIB realizou um grande mapeamento nacional das ações das secretarias e conselhos de Educação e Sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores em educação, no período da pandemia. O objetivo foi fazer um levantamento de informações sobre as orientações e normatizações relativas à oferta de Educação

---

<sup>21</sup> Carta Aberta do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil sobre a Proposta da MP 934/2020 – educação domiciliar. Disponível em <https://bit.ly/3wuurUj>

Infantil durante as suspensões de atividades presenciais, visto que tais espaços incidem diretamente sobre as políticas educacionais para os bebês e crianças pequenas.

Essa ação representou um esforço coletivo para compreender esse momento da história recente e suas implicações para a educação e os cuidados destinados aos bebês e crianças pequenas e resultou em três relatórios<sup>22</sup> publicados e disponibilizados para a sociedade em geral.

Associa-se a este cenário, notícias das mais variadas medidas que incidem sobre os/as profissionais que atuam em creches e pré-escolas, que vão desde a obrigação de elaborar e realizar de atividades a distância (mediadas ou não por recursos tecnológicos), passando pela interrupção de contratos de trabalho, chegando até mesmo à demissão de trabalhadoras e trabalhadores da educação que atuam em instituições privadas e em redes públicas com contratos temporários. (MIEIB, 2020, p.12)

Das informações advindas dos Relatórios, foi incluída a problemática da precarização do trabalho do/a professora/o, que para além da pandemia, sinaliza um dos principais avanços da política neoliberal e retrocessos na perspectiva de valorização dos profissionais da educação, no contexto da política educacional brasileira.

Em continuidade a atuação do MIEIB no período pandêmico, destaca-se a elaboração do documento: *Diretrizes para o debate sobre as condições de retomada das experiências interativas no contexto da Educação Infantil*.<sup>23</sup>

As diretrizes expressas neste documento reúnem aspectos que vêm sendo discutidos nas oportunidades criadas pelos Fóruns de Educação Infantil, organizados no grupo de trabalho do Ciclo de Debates do MIEIB com a finalidade

---

<sup>22</sup> MIEIB (2020). Mapeamento nacional das ações das secretarias e conselhos de educação no período da pandemia de COVID-19. Análise técnica das respostas das Secretarias de Educação. Disponível em <https://bit.ly/3MmlRO2> / Mapeamento nacional das ações das secretarias e conselhos de educação no período da pandemia de covid-19 Análise técnica das respostas dos Conselhos de Educação. Disponível em <https://bit.ly/3wzuVZv> / MIEIB (2020). Levantamento junto aos sindicatos, associações, movimentos e demais entidades que representam trabalhadoras e trabalhadores de instituições que ofertam educação infantil. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: ANPEd: MIEIB (documento digital). Disponível em <https://bit.ly/3wvtsTZ>

<sup>23</sup> Diretrizes para o debate sobre as condições de retomada das experiências interativas no contexto da Educação Infantil. Disponível em <https://bit.ly/3Nhb9bH>

de pautar e refletir sobre a Educação no período pandêmico. Portanto, representam elementos essenciais para que os Fóruns de Educação Infantil possam fortalecer o debate sobre as possibilidades de retorno das atividades presenciais e contribuir com as discussões já iniciadas nas Instituições de Educação Infantil, nos municípios, estados e no Distrito Federal. Consideramos que tais diretrizes contribuem para o debate sobre as possibilidades de progressiva retomada das atividades com responsabilidade e segurança, preservando a vida dos bebês, das crianças bem pequenas e pequenas e das/dos profissionais de creches e pré-escolas. (MIEIB, 2021, p. 7)

A partir de uma elaboração coletiva, com a participação de diversos fóruns de Educação Infantil, as *Diretrizes para o debate sobre as condições de retomada das experiências interativas no contexto da Educação Infantil* dão visibilidade para a conjuntura política atual:

vivemos um momento de instabilidade política ocasionado pela inoperância e inércia do Executivo nacional no combate à crise sanitária que avança desenfreada pelo país e se amálgama a uma onda de retrocessos no campo das ideias, da cultura e das práticas pedagógicas, acrescida de crise político-econômica e social. No caso da Educação Infantil, as decisões emergenciais tomadas sem muita orientação dos órgãos de controle da educação nacional, proporcionaram soluções pouco eficazes e, por vezes, conflituosas. (MIEIB,2021)

Sendo assim, este documento e os demais aqui apresentados convocam, alertam, convidam e comprometem os diversos atores que atuam no contexto da política educacional, para a defesa de uma Educação Infantil que respeite a autonomia pedagógica das creches e pré-escolas e os direitos dos bebês, das crianças bem pequenas e pequenas.

## **5. Considerações Finais**

O estudo evidenciou posicionamentos críticos do MIEIB, frente as proposições e/ou ações para as políticas de Educação Infantil marcadas por iniciativas neoliberais e conservadoras, que se ampliaram no Brasil, desde o golpe de 2016, na contramão dos

avanços conquistados pelos movimentos sociais em defesa da educação, visto em décadas anteriores, nos períodos de governos de Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016).

De forma geral, podemos compreender que os sistemáticos ataques a Educação realizados nos governos recentes de Michel Temer e Jair Bolsonaro, e que mostramos com mais empenho os voltados a Educação Infantil, revelam que a democratização da sociedade pela educação constitui um poderoso inimigo aos projetos neoliberais, pois se sustenta simultaneamente na participação e igualdade política.

Durante o momento de profunda instabilidade política ocasionado pela inoperância e incapacidade de gestão do governo federal no combate à crise sanitária, além do retrocessos no campo das ideias, da cultura e das práticas pedagógicas, o MIEIB reafirma seus compromissos com a Educação Infantil e com os direitos da criança pequena, constrói metodologias de ação política e se faz presente nas lutas por uma política de Educação Infantil que promova a igualdade e justiça social.

## Referências Bibliográficas

- Abramowicz, A. e Costa, A. V. P. A. P. (2021). O Fotógrafo, a Educação Infantil e a Pandemia. *Humanidades & Inovação*, 8 (33), 290-300.
- Almeida, K. W. C. e Rodrigues, C. M. L. (2020). O MIEIB e a política curricular da educação infantil. *Revista Educação em Questão*, 58 (56).  
<https://doi.org/10.21680/1981-1802.2020v58n56ID19670>
- Almeida, K. W. C. (2019). *O Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB) e a política de Educação Infantil*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, PE, Brasil. Disponível em <https://bit.ly/3G8Mi7K>
- ANPEd/MIEIB (2020). Levantamento junto aos sindicatos, associações, movimentos e demais entidades que representam trabalhadoras e trabalhadores de instituições que ofertam educação infantil. *Relatório de Pesquisa*. Rio de Janeiro: ANPEd: MIEIB (documento digital). Disponível em <https://bit.ly/38dNudu>

- Arelaro, L. R. G. e de Moraes Maudonnet, J. V. (2017). Os fóruns de educação infantil e as políticas públicas para a infância no Brasil. *Laplage em revista*, 3 (1), 6-18. <https://doi.org/10.24115/S2446-6220201731238p.6-18>
- Ball, S. J. (2001). Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. *Currículo sem fronteiras*, 1(2), 99-116.
- Ball, S. J. (2014). *Educação Global S. A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal*. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG.
- Ball, S. J., Maguire, M. e Braun, A. (2016). *Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias*. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*.
- Brasil. (1990). *Lei federal nº 8.069 de 13/07/90*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- Brasil. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Brasil. (2007). *Lei nº. 11.494, de 20 de junho de 2007*. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.
- Brasil. (2007). *Resolução CD/FNDE nº6, de 24 de abril de 2007*. Estabelece as orientações e diretrizes para execução e assistência financeira suplementar ao Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil-PROINFÂNCIA.
- Brasil. (2009). *Indicadores da qualidade na Educação Infantil*.
- Brasil. (2014). *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.
- Brasil. (2016). *Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016*. Institui o Programa Criança Feliz.
- Brasil. (2016). *Emenda Constitucional no. 95, de 15 de dezembro de 2016*. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal e dá outras providências.

- Brasil. (2019). *Decreto Presidencial n.º 10.134, de 26 de novembro de 2019*. Dispõe sobre a qualificação da política de fomento aos estabelecimentos da rede pública de Educação Infantil no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.
- Carbonieri, J. e Magalhães, C. (2021). Currículo na Educação Infantil: a pandemia e o desenvolvimento humano. *Revista Teias*, 22, 175-189. <https://doi.org/10.12957/teias.2021.62033>
- Coutinho, A. S., Lopes, E., Vieira, L. F e Trópia, P. (2020). Direitos trabalhistas e trabalho remoto na Educação Infantil durante a pandemia: resultados de pesquisa. *Zero-a-Seis*, 22 (Especial), 1478-1503. <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2020v22nespp1478>
- Farias, C. S., RUIZ, M. J. F. e MAGALHÃES, C. (2020). A Ameaça da Privatização na Educação Infantil: o MIEIB como espaço de resistência propositiva. *Jornal de Políticas Educacionais*, 14 (32). <http://dx.doi.org/10.5380/jpe.v14i0.71951>
- Flores, M. L. R. e Fernández-Piloto, S. S. F. (2015). Movimentos sociais e incidência política pelo direito à Educação Infantil no Brasil. [Anais]. *VIII Seminário Internacional As Redes Educativas e as Tecnologias: Movimentos Sociais e Educação*, Rio de Janeiro.
- Mainardes, J. (2006). Abordagem do Ciclo de Políticas: uma Contribuição para a análise de Políticas Educacionais. *Educação e Sociedade*, 27 (94), 47-69.
- Mainardes, J. e Marcondes, M.I. (2009) Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. *Educação e Sociedade*, 30 (106), 303-318.
- Martins, T. B., Pucci, R. H. P. e Oliveira, F. F. (2021). Educação em tempos de pandemia: algumas lições para as políticas públicas brasileiras. *Humanidades e Inovação*, 8 (63), 181-196.
- Maudonnet, J. V. M. (2020). O Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB) e seus efeitos nas políticas públicas. *Educação e Sociedade*, 41. <https://doi.or/10.1590/ES.224566>

Penna, F. A. (2019). A Defesa da "Educação Domiciliar" através do Ataque à Educação Democrática: A especificidade da escola como espaço de dissenso. *Linguagens, Educação e Sociedade*, 24 (42). <https://doi.org/10.26694/les.v0i42.9336>

Pereira, F. H. (2021). Atuação dos fóruns de defesa da Educação Infantil em tempos de pandemia. *Zero-a-seis*, 23, 291-315. Florianópolis/SC. <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e78977>

**Fecha de recepción: 26 de março de 2022**

**Fecha de aceptación: 16 de maio de 2022**



**Revista Educación, Política y Sociedad (ISSN 2445-4109)** está distribuida bajo una [Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)